



#### LEI N.º 8/2016 de 8 de Julho

### LEI DE PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR

A Constituição da República Democrática de Timor-Leste consagra no artigo 53.º os direitos dos consumidores, nomeadamente, a qualidade dos bens e serviços consumidos, o acesso a informação verdadeira, a proteção da saúde, da segurança e dos seus interesses económicos e a reparação de danos.

Sem prejuízo de existirem, no ordenamento jurídico timorense, Número Extraordinário diversos diplomas legais que estabelecem normas específicas com vista a assegurar a proteção da posição do consumidor, urge a aprovação de uma lei que estabeleça o enquadramento de referência da proteção e defesa dos direitos dos consumidores.

Reconhecendo que a atividade comercial, como forma de dinamização da atividade económica, deve ser protegida e incentivada estabelecendo critérios uniformes que todos devem cumprir, e considerando a necessidade de salvaguardar e consolidar as conquistas já efetuadas na dinamização do setor privado, incentivar a sua modernização e corrigir algumas das debilidades existentes, o presente diploma tem por objetivo, por um lado, defender os consumidores nas relações de consumo e, por outro, promover um avanço qualitativo no setor empresarial nacional.

Constituindo a proteção ao consumidor um elemento fundamental para uma relação de consumo equilibrada, o presente diploma visa minorar a diferença económica de

#### LEI N.º 8/2016 8 Jullu

# LEI HODI FÓ PROTESAUN BA KONSUMIDÓR

Lei-Inan Repúblika Demokrátika Timor-Leste iha ninia artigu 53.º hakerek kona-ba direitu konsumidór sira-nian, maka hanesan, bein no servisu ne'ebé uza ho kualidade, hetan dalan ba informasaun loloos, proteje saúde, seguransa no ba ninia interese ekonómiku nomós hadi'a danu sira.

La sakar fali saida maka atu eziste iha ordenamentu jurídiku timorense, Númeru Estraordináriu iha diploma legál oioin ne'ebé estabelese norma espesífika ho nia objetivu atu asegura protesaun ba pozisaun konsumidór, presiza ho urjente, aprovasaun lei ida, ne'ebé estabelese enkuadramentu ba refrénsia hodi fó protesaun no defende direitu konsumidór siranian.

Hodi rekoñese katak atividade komersiál, nu'udar forma hodi dinamiza atividade ekonómika, tenke hetan protesaun insentivadu, hatuur mós kritériu oin ida de'it ne'ebé ema hotu-hotu tenke halo-tuir no konsidera nesesidade hodi proteje no hametin konkista iha ne'ebé hetan tiha ona dinamizasaun hosi setór privadu, insentiva ninia modernizasaun no hadi'a frakeza balu be iha, diploma ida-ne'e ho nia objetivu, hosi sorin ida, defende konsumidór sira iha relasaun konsumu nian no, hosi sorin seluk, promove avansu kualitativu ida iha setór emprezariál

relacionamento, protegendo a posição dos consumidores face a grupos económicos e outras entidades com as quais têm que se relacionar.

Nesse sentido, a presente lei estabelece um quadro normativo de verdadeira política de consumidor, proteção através do ao aprofundamento do quadro legislativo, nomeadamente no âmbito da informação e da formação dos consumidores, da proteção contratual, da promoção do acesso à justiça, da representação dos seus direitos e interesses, e do controlo do mercado.

#### Assim,

O Parlamento Nacional decreta, nos termos do n.º 1 do artigo 95.º e do artigo 53.º da Constituição da República, para valer como lei, o seguinte:

### Capítulo I Disposições gerais

#### Artigo 1.º Objeto

A presente lei aprova o regime jurídico de proteção e defesa dos consumidores, definindo as funções do Estado, os direitos dos consumidores e a intervenção das associações de consumidores.

#### Artigo 2.º Âmbito

A presente lei aplica-se aos bens e serviços fornecidos, prestados e transmitidos por quaisquer pessoas singulares e coletivas, nacionais e estrangeiras, públicas e privadas, que desenvolvem, com caráter profissional, atividades de produção, fabrico, exportação, importação, construção, distribuição, transporte ou comercialização de bens e prestação de serviços, com vista à obtenção de benefícios.

nasionál.

Hodi estabelese protesaun ba konsumidór nu'udar elementu fundamentál ba relasaun konsumu ida ne'ebé ho ekilíbriu, diploma idane'e hodi hamenus diferensa ekonómiku relasionamentu nian, hodi proteje pozisaun konsumidór sira ba grupu ekonómiku nomós entidade sira seluk ne'ebé tenke relasiona malu.

Ho ida-ne'e, lei ida-ne'e estabelese kuadru normativu ida ho polítika loloos hodi fó protesaun ba konsumidór liuhosi haklean kuadru lejizlativu, maka hanesan iha ámbitu informasaun no formasaun ba konsumidór sira, protesaun kontratuál, promosaun hodi hetan dalan ba justisa, reprezenta sira-nia direitu no interese no halo kontrolu ba merkadu.

Ho nune'e,

Parlamentu Nasionál dekreta, tuir saida maka hakerek iha n.º 1 artigu 95.º no artigu 53.º Lei-Inan Repúblika nian atu hala'o knaar nu'udar lei tuirmai ne'e:

# Kapítulu I Dispozisaun jerál sira

# Artigu 1.º Objetu

Lei ida-ne'e aprova rejime jurídiku hodi fó protesaun no defende konsumidór sira, define mós funsaun sira Estadu nian, konsumidór sirania direitu no asosiasaun ba konsumidór sirania intervensaun.

# Artigu 2.º Ámbitu

# Artigo 3.º Definições

Para efeitos do disposto na presente lei, entende-se por:

- a) Consumidor Pessoa singular ou coletiva à qual são fornecidos bens ou prestados serviços destinados ao uso não profissional, por pessoa que exerça uma atividade económica, com caráter profissional, com vista à obtenção de benefícios;
- b) Fornecedor Pessoa singular ou coletiva, nacional ou estrangeira, pública ou privada, que desenvolve com caráter profissional, atividades económicas de produção, fabrico, exportação, importação, construção, distribuição, transporte ou comercialização de bens e prestação de serviços, com vista à obtenção de benefícios;
- c) Bem Coisa móvel ou imóvel, material ou imaterial que possa ser objeto de relações jurídicas;
- d) Serviço Qualquer atividade prestada no mercado de consumo, mediante remuneração, incluindo atividades de natureza bancária, financeira, de crédito e de segurança, com exceção das decorrentes das relações de trabalho;
- e) Uso normal ou razoavelmente previsível Toda a utilização que se mostra adequada à natureza ou características do bem ou que respeita as indicações de uso aconselhadas, de forma clara e evidente pelo fornecedor;
- f) Interesse geral— Interesse cuja titularidade pertence a todos e a cada um dos cidadãos, mas que não é passível de apropriação individual por qualquer um deles.

#### Artigo 4.º Dever geral do Estado

Lei ida-ne'e sei aplika ba bein no servisu sira ne'ebé fornese, fó no transmite hosi ema singulár ne'ebé de'it no koletivu sira, nasionál no estranjeiru, públiku no privadu, ne'ebé dezenvolve, ho karáter profisionál, atividade sira hodi prodús, fabrika, esporta, importa, konstroi, distribui, tula ka komersializa bein no halo servisu ho ninia objetivu atu hetan benefísiu sira.

### Artigu 3.º Definisaun sira

Ba efeitu sira ne'ebé hakerek iha lei ida-ne'e, sei hatene uluk lai saida maka:

- a) Konsumidór Nu'udar ema singulár ka koletiva, ne'ebé simu bein ka prestasaun servisu ba uzu la'ós profisionál liuhosi ema ne'ebé ezerse atividade ekonómika ida, ho karáter profisionál, ho ninia objetivu hodi hetan benefísiu sira;
- b) Fornesedór Nu'udar ema singulár ka koletiva, nasionál ka estranjeira, públika ka privada, ne'ebé dezenvolve ho karáter profisionál atividade ekonómika sira hodi halo produsaun, fabrika, esporta, importa, konstroi, distribui, tula ka komersializa bein no prestasaun servisu ho ninia objetivu atu hetan benefísiu sira;
- c) Bein Sasan movel ka imovel, materiál ka imateriál, ne'ebé bele sai nu'udar objetu ba relasaun jurídika sira;
- d) Servisu Atividade sasá de'it ne'ebé halo iha merkadu konsumu nian, liuhosi remunerasaun, inklui atividade sira ho natureza bankária, finanseira, kréditu no seguransa ho

- 1. O Estado e as entidades públicas, nomeadamente as que têm competências em matéria de consumo, devem adotar e promover as políticas e as ações adequadas à defesa dos direitos e interesses dos consumidores, nomeadamente os deveres de informação e educação para o consumo e o apoio à constituição e o funcionamento das associações de consumidores, bem como a execução do disposto na presente lei.
- 2. Incumbe especialmente ao Governo adotar medidas adequadas para assegurar o equilíbrio das relações jurídicas que tenham por objeto bens e serviços essenciais, designadamente água, saneamento e resíduos, energia, comunicações e transportes públicos.

# Capítulo II Direitos e deveres nas relações de consumo

#### Artigo 5.º Direitos dos consumidores

- 1. O consumidor tem direito à:
- a) Proteção da vida, saúde e segurança;
- b) Qualidade dos bens e serviços;
- c) Formação e educação para o consumo;
- d) Informação sobre o consumo, adequado aos bens e serviços assegurando a liberdade de escolha e a igualdade nas contratações;
- e) Proteção dos interesses económicos;
- f) Proteção contra a publicidade enganosa e abusiva;
- g) Proteção jurídica;
- h) Prevenção e reparação dos danos patrimoniais ou não patrimoniais que resultem

exesaun ba atividade sira ne'ebé mosu hosi relasaun sira traballu nian;

- e) Uzu normál ka bele prevee ho di'ak Utilizasaun hotu-hotu ne'ebé hatudu adekuadu ba natureza ka karakterístika sira bein nian ka bainhira ko'alia kona-ba indikasaun sira hodi uza ho konsellu liuhosi forma be momoos no evidente hosi fornesedór;
- f) Interese jerál Interese ne'ebé titularidade pertense ba ema hotu-hotu no sidadaun ida-idak maibé hosi sidadaun hotu-hotu, la iha maka bele hana'in ba an rasik.

# Artigu 4.º Estadu nia devér jerál

- 1. Estadu no entidade públika sira, liuliu, entidade sira ne'ebé iha kompeténsia kona-ba konsumu, tenke hili no promove polítika no asaun adekuada sira hodi defende direitu no interese konsumidór sira-nian, maka hanesan, devér sira hodi fó informasaun no edukasaun konsumu nian no apoiu ba konstituisaun no funsionamentu asosiasaun konsumidór siranian hanesan mós ho halo tuir saida maka hakerek iha lei ida-ne'e.
- 2. Governu iha Kompeténsia liuliu atu adopta medida adekuada sira hodi hametin ekilíbriu ba relasaun jurídika sira ne'ebé ho nia objetu maka bein no servisu esensiál sira liuliu bee, saneamentu no rezíduu, enerjia, komunikasaun no transporte públiku sira.

# Kapítulu II Direitu no devér sira iha relasaun konsumu nian

da ofensa de interesses ou direitos individuais ou gerais;

- i) Participação, por via representativa, na definição legal ou administrativa dos seus direitos e interesses;
- j) Informação prévia em processos de interrupção de fornecimento de bens ou prestação de serviços efetuados por empresas funcionando em regime de monopólio e exclusivo ou que sejam concessionárias de serviço público, sem prejuízo da ocorrência de casos de força maior ou de caráter imprevisível.
- 2. Os direitos dos consumidores são irrenunciáveis, sendo nula qualquer cláusula em sentido contrário.
- 3. Os direitos previstos não excluem outros decorrentes de tratados ou convenções internacionais de que Timor-Leste seja signatário, de legislação interna ordinária, de regulamentos expedidos pelas autoridades administrativas competentes, bem como dos que derivem dos princípios gerais do direito, dos usos comerciais correntes e da equidade.

# Artigo 6.º Proteção da vida, saúde e segurança

- 1. Os bens e serviços colocados no mercado de consumo não devem causar riscos à vida, à saúde ou segurança dos consumidores, exceto os considerados normais e previsíveis em decorrência da sua natureza e fruição, obrigando-se os fornecedores, em qualquer caso, a dar todas as informações necessárias e adequadas para que o uso se faça em condições de segurança.
- 2. É proibido o fornecimento de bens ou serviços que, em condições de uso normal ou previsível, incluindo a duração, impliquem

### Artigu 5.º Konsumidór sira-nia direitu

- 1. Konsumidór iha direitu hodi hetan:
- a) Protesaun moris nian, saúde no seguransa;
- b) Kualidade bein no servisu sira;
- c) Formasaun no edukasaun ba konsumu;
- d) Informasaun kona-ba konsumu ne'ebé adekuadu ba bein no servisu sira hodi hametin liberdade eskolla no igualdade iha kontratasaun sira;
- e) Protesaun ba interese ekonómiku sira;
- f) Protesaun hasouru publisidade bosok-teen no abuziva;
- g) Protesaun jurídika;
- h) Prevensaun no reparasaun ba danu patrimoniál no la'ós patrimoniál sira, ne'ebé maihosi ofensa ba interese ka direitu individuál ka jerál sira;
- i) Partisipasaun iha definisaun legál ka administrativa ba ninia direitu no interese sira liuhosi dalan reprezentativa;
- j) Informasaun prévia iha prosesu interupsaun ba fornesimentu bein ka prestasaun servisu, ne'ebé empreza sira halo hodi funsiona iha rejime monopóliu no eskluzivu ka empreza konsesionáriu sira be halo servisu públiku, la sakar fali saida mak mosu liuhosi forsa maiór ka ho karáter ne'ebé la bele prevee.
- 2. Konsumidór sira-nia direitu nu'udar irenunsiavel, klaúzula ne'ebé de'it, sei sai nulu bainhira mosu ho sentidu oin seluk fali.

riscos incompatíveis com a sua utilização, não aceitáveis em termos de proteção à vida, à saúde e à segurança das pessoas.

- 3. Os serviços da administração pública que, no exercício das suas funções, tenham conhecimento da existência de bens ou serviços proibidos, nos termos do número anterior, devem notificar tal facto às entidades competentes.
- 4. As entidades competentes devem, nos termos da lei, apreender, retirar do mercado ou interditar todos os bens e prestação de serviços que impliquem perigo para a vida, ou para a saúde pública ou que não obedeçam aos requisitos técnicos legalmente exigidos.
- 5. O fornecedor de bens ou serviços que, posteriormente à sua introdução no mercado ou à sua prestação, tiver conhecimento da perigosidade que apresentam, deve comunicar o facto imediatamente às autoridades competentes e aos consumidores, nomeadamente mediante avisos nos meios de comunicação social.
- 6. Compete ao Estado promover a existência de sistemas de controlo da integridade de bens e produtos alimentares e de consumo, que garantam a análise e avaliação da sua segurança, qualidade e características essenciais.

# Artigo 7.º Qualidade dos bens e serviços

- 1. Os bens e serviços destinados ao consumo devem ser aptos a satisfazer os fins a que se destinam e produzir os efeitos que lhes atribuem, segundo as normas legalmente estabelecidas e de modo adequado às legítimas expectativas do consumidor.
- 2. Sem prejuízo da previsão de prazos mais favoráveis por convenção das partes ou pelos

3. Direitu sira ne'ebé hakerek la hasai direitu hirak seluk ne'ebé maihosi tratadu ka konvensaun internasionál sira, ne'ebé maka Timor-Leste sai nu'udar signatáriu, hosi lejizlasaun interna ordinária, regulamentu sira ne'ebé autoridade administrativa kompetente sira haruka tiha ona, hanesan mós ho regulamentu sira seluk ne'ebé maihosi prinsípiu jerál sira direitu nian, uzu komersiál ohin loron nian nomós ekidade.

# Artigu 6.º Protesaun ba moris, saúde no seguransa

- 1. Bein no servisu sira ne'ebé koloka iha merkadu konsumu nian, la bele hamosu risku ba moris, saúde ka seguransa konsumidór siranian, exetu bein no servisu sira baibain no previzivel mosu tuir ninia natureza no fruisaun, obriga fornesedór sira, iha kazu ne'ebé de'it, atu fó informasaun nesesária hotu-hotu no adekuadu atu nune'e uzu sei halo tuir kondisaun sira seguransa nian.
- 2. Sei habandu fornesimentu ba bein ka servisu sira ne'ebé, tuir kondisaun uzu baibain nian ka previzivel, inklui durasaun, implika risku inkompativel sira ho ninia utilizasaun, la aseitavel tuir protesaun ba moris, saúde nomós seguransa ema sira-nian.
- 3. Tuir saida maka númeru liubá temi, servisu sira administrasun públika nian ne'ebé ezerse knaar, bainhira iha koñesimentu katak bein ka servisu sira be halo ne'e habandu, tenke notifika faktu ida-ne'e ba entidade kompetente sira.
- 4. Tuir lei ida-ne'e nian, entidade kompetente sira tenke tahan, hasai hosi merkadu ka

usos, o fornecedor de bens móveis não consumíveis está obrigado a garantir o seu bom estado e o seu bom funcionamento por período nunca inferior a um ano, exceto quando ao bem não seja dado um uso normal ou razoavelmente previsível.

- 3. Sem prejuízo de um regime especial, no caso dos bens imóveis, o consumidor tem direito a uma garantia mínima de cinco anos.
- 4. Para efeitos do disposto nos n.ºs 2 e 3 as garantiam devem:
- a) Ser prestadas por escrito, numa das duas línguas oficiais ou numa das línguas de trabalho;
- b) Estabelecer o objeto sobre o qual recai a garantia;
- c) Identificar o responsável pela prestação da garantia;
- d) Identificar o titular da garantia;
- e) Referir os direitos do titular da garantia;
- f) Indicar o prazo de duração da garantia;
- g) Indicar as condições e formas para o acionamento da garantia.
- 5. Durante o período de duração da garantia, o seu titular tem direito, pelo menos, a:
- a) Reparação totalmente gratuita de todos os vícios e defeitos originários e indemnização pelos danos e prejuízos por estes causados;
- b) Caso a reparação não seja possível ou não garanta as condições necessárias para permitir o uso normal do bem, o titular da garantia tem direito à substituição do bem por outro bem idêntico ou à devolução do preço pago;

habandu bein hotu-hotu no prestasaun servisu ne'ebé implika perigu ba ema nia moris, saúde públika ka bein ka servisu sira ne'ebé la halotuir rekizitu tékniku sira ne'ebé lei hatuur.

- 5. Fornesedór ba bein ka servisu sira ne'ebé tempu tuirmai hatama bein iha merkadu ka ninia prestasaun, iha koñesimentu ba tateran be atu mai karik, tenke fó-hatene kedas faktu idane'e ba autoridade kompetente no konsumidór sira liuhosi avizu iha meiu sira komunikasaun sosiál.
- 6. Estadu iha kompeténsia atu promove ezisténsia sistema kontrolu integridade ba bein ka produtu alimentár sira no konsumu nian, ne'ebé garante lalehat no avaliasaun ba ninia seguransa, kualidade no karakterístika esensiál sira.

### Artigu 7.º Kualidade ba bein no servisu sira

- 1. Bein no servisu sira ne'ebé hatada liu ba konsumu, tenke sai nu'udar aptu hodi halo satisfasaun ba fin sira be dirije ba no prodús efeitu sira ne'ebé atribui ba sira tuir norma legál ne'ebé estabele tiha ona no ho modu adekuadu ba lejítima espetativa sira konsumidór nian.
- 2. La sakar fali previzaun ba prazu sira favoravel liu tuir parte sira-nia konvensaun ka uzu sira, fornesedór ba bein movel sira la'ós konsumivel, tenke garante katak ninia bein ne'e di'ak no ninia funsionamentu tuir períudu nunka inferiór to'o tinan ida, exetu bainhira bein ne'e la fó ba uzu baibain ka previzivel ho di'ak.

- c) Substituição temporária do bem por outro equivalente, durante o período de tempo necessário à sua reparação, quando esta ocorra por causa imputável ao fornecedor.
- 6. O decurso do prazo de garantia suspende-se durante o período de tempo em que o consumidor estiver privado do uso dos bens em virtude das operações de reparação resultantes de defeitos originários.

### Artigo 8.º Formação e educação para o consumo

- 1. Os consumidores têm direito de acesso à informação que ajude a formar a sua livre escolha e ao Estado compete incentivar e realização ações promover de a sensibilização para o consumo, por forma a poderem conhecer a qualidade as características dos bens fornecidos. dos servicos prestados e dos direitos transmitidos e estarem aptos para optarem no processo de negociação ou aquisição.
- 2. As associações de proteção dos consumidores devem promover as ações referidas no número anterior, recorrendo, entre outros, aos meios de comunicação social.
- 3. A rádio e a televisão de Timor-Leste, em cumprimento das suas obrigações de serviço público nos termos da lei, devem integrar na sua programação espaços semanais, nas duas línguas oficiais, com a duração de quinze minutos, destinados à educação e formação dos consumidores.

# Artigo 9.º Informação de âmbito geral

1. Ao Estado incumbe desenvolver ações e adotar medidas tendentes à informação em

- 3. La sakar fali rejime espesiál ida, iha kazu ben imovel sira, konsumidór iha direitu hodi hetan garantia mínima tinan lima.
- 4. Ba saida maka hakerek iha númeru sira 2 no 3, garantia sira tenke:
- a) Fó liuhosi eskritu iha dalen ofisiál rua ne'e ida ka iha lia traballu sira ida;
- b) Estabelese objetu kona-ba saida maka iha garantia nia laran;
- c)Identifika responsavel ba prestasaun garantia;
- d) Identifika titulár garantia nian;
- e) Refere direitu sira titulár garantia nian;
- f) Hatudu prazu durasaun garantia nian;
- g)Hatudu kondisaun no forma sira asionamentu garantia nian.
- 5. Durante períudu durasaun garantia nian, ninia titulár iha direitu pelumenus atu:
- a) Hadi'a hotu kedas ho saugati vísiu hotuhotu no defeitu orijináriu sira no fó indemnizasaun ba danu no prejuízu ne'ebé, buat hirak-ne'e hamosu:
- b) Bainhira la bele hadi'a ka la garante kondisaun nesesária sira hodi fó-dalan ba uzu normál bein nian, titulár garantia iha direitu atu troka bein ne'e ho bein seluk ne'ebé besik hanesan ka fó filafali presu folin ne'ebé selu tiha ona;
- c) Troka temporáriu bein ne'e ho bein seluk ne'ebé hanesan, durante períudu tempu ne'ebé

geral do consumidor e sobre os seus direitos, designadamente, através de:

- a) Apoio às ações de informação promovidas por associações de consumidores, ou outras similares pelo seu objeto, ainda que parcial;
- b) Criação de serviços de informação ao consumidor;
- c) Criação de bases de dados e arquivos digitais acessíveis de âmbito nacional, no domínio do direito do consumo, destinado a difundir informação geral e específica.
- 2. A informação aos consumidores é prestada nas línguas oficiais.
- 3. Compete ao Estado adotar as medidas necessárias para garantir que a informação disponibilizada aos consumidores pelos fornecedores cumpre o disposto no número anterior.
- 4. As informações concretas e objetivas contidas nas mensagens publicitárias de determinado bem, serviço ou direito consideram-se integradas no conteúdo dos contratos que se venham a celebrar após a sua emissão ou publicação, tendo-se por não escritas as cláusulas contratuais em contrário.

# Artigo 10.º Direito à informação em particular

1. O fornecedor deve informar o consumidor, quer durante as negociações quer na celebração do contrato, de forma clara, objetiva, adequada e de fácil compreensão sobre as características dos bens e serviços, designadamente, sobre a especificação correta de quantidade, a composição, a qualidade, o preço, o período de vigência do contrato, os riscos associados, a garantia e o prazo de entrega e assistência após o negócio jurídico e consequências do não

presiza hodi hadi'a, bainhira reparasaun ne'ebá mosu tan kauza imputavel ba fornesedór.

6. Iha prazu garantia nian, sei suspende durante períudu tempu ne'ebé maka konsumidór la uza bein sira tan operasaun reparasaun nian, ne'ebé maihosi defeitu orijináriu sira.

### Artigu 8.º Formasaun no edukasaun ba konsumu

- 1. Konsumidór sira iha direitu atu hetan asesu ba informasaun ne'ebé ajuda atu forma ninia hahilik livre no Estadu iha kompeténsia atu insentiva no promove realizasaun asaun sira hodi halo sensibilizasaun ba konsumu atu nune'e sira bele hatene kualidade no karakterístika bein sira ne'ebé fornese, servisu sira be halo no direitu be transmite tiha ona no sira aptu hodi hili iha prosesu negosiasaun ka akizisaun.
- 2. Asosiasaun sira hodi fó protesaun ba konsumidór sira tenke promove asaun ne'ebé temi iha númeru liubá liuhosi meiu sira komunikasaun sosiál nian, rekore mós, entre meiu sira seluk.
- 3. Rádiu no televizaun Timor-Leste nian, tenke hatama iha ninia programasun espasu semanál, iha dalen ofisiál rua ho durasaun minutu sanulu-resin-lima foka liu ba edukasaun no formasaun konsumidór sira, hodi halo-tuir sirania obrigasaun nu'udar servisu públiku tuir saida maka lei hateten.

# Artigu 9.º Informasaun ámbitu jerál nian

pagamento do preço do bem ou serviço.

- 2. A obrigação de informar impende também sobre o produtor, o fabricante, o importador, o distribuidor, o embalador e o armazenista, por forma a garantir que cada elo do ciclo produção-consumo se encontra habilitado a cumprir a sua obrigação de informar o elo imediato até ao consumidor.
- 3. Os riscos para a saúde e segurança dos consumidores que possam resultar da normal utilização de bens ou serviços perigosos devem ser comunicados, de modo claro, completo e adequado, pelo fornecedor ou prestador de serviços ao potencial consumidor.
- 4. As informações sobre a natureza, características e garantias de bens ou serviços oferecidos ao público no mercado nacional, quer as constantes de rótulos, embalagens, prospetos, catálogos, livros de instruções para utilização ou outros meios informativos, quer as facultadas nos locais de venda ou divulgadas por qualquer meio publicitário, deverão ser prestadas numa das duas línguas oficiais.
- 5. As informações relativas a bens produzidos, transformados ou embalados em Timor-Leste, que não se destinem exclusivamente à exportação, devem ser prestadas nas línguas oficiais, sem prejuízo de o serem também, de forma complementar, em quaisquer outras línguas.
- 6. Os bens provenientes do estrangeiro, seja qual for a sua origem, podem ser introduzidos no comércio interno, caso a informação relativa aos mesmos esteja redigida numa das línguas de trabalho, devendo, nestes casos, ser incluído, em local visível e de forma legível, um resumo das informações essenciais numa das línguas oficiais.
- 7. Para as informações escritas relativas a bens e serviços que se encontrem redigidas noutras

- 1. Nu'udar kompeténsia Estadu nian atu dezenvolve asaun no hili medida sira ho nia objetivu hodi fó informasaun jerál ba konsumidór nomós ninia direitu sira liuhosi:
- a) Apoiu ba asaun sira hodi fó informasaun ne'ebé asosiasaun sira konsumidór nian halo ka asaun hirak seluk be besik hanesan tuir ninia objetu biar halo iha parte ketak;
- b) Kriasaun servisu sira hodi fó informasaun ba kosumidór;
- c) Kriasaun baze dadus no arkivu dijitál, ne'ebé ámbitu nasionál bele hetan asesu bainhira ko'alia kona-ba direitu ba konsumu ho nia objetivu atu habelar informasaun jerál no espesífika.
- 2. Informasaun ba konsumidór sira sei fó iha dalen ofisiál sira.
- 3. Nu'udar kompeténsia Estadu nian atu foti medida sira ne'ebé presiza hodi garante katak informasaun be fornesedór fó-sai ba konsumidór sira, kumpre saida maka hakerek iha númeru liubá.
- 4. Informasaun konkreta no objetiva ne'ebé kontein iha mensajen publisitária sira ba bein balu, servisu ka direitu, sei konsidera holaparte iha konteúdu kontratu sira ne'ebé atu halo hafoin ninia emisaun ka publikasaun, la hakerek klaúzula kontratuál sira oin seluk fali.

# Artigu 10.º Direitu ba informasaun partikulár

1. Fornesedór tenke fó-hatene ba konsumidór ho momoos, objetiva, adekuada no informasaun ne'e la susar atu hatene kona-ba línguas estrangeiras, aquando da sua venda, locação ou disponibilização por qualquer forma no mercado nacional, é obrigatória a sua tradução integral numa das duas línguas oficiais, devendo, conforme os casos, o texto traduzido ser aposto nos rótulos ou embalagens ou aditado aos meios informativos referidos no número anterior, incluindo as informações relativas à sua segurança, instruções de uso, garantias e sistema de pesos e medidas, que deve ser compatível com o sistema aplicável no país.

- 8. Sem prejuízo de conterem versão em língua ou línguas estrangeiras, os contratos que tenham por objeto a venda de bens ou produtos ou a prestação de serviços no mercado interno, bem como a emissão de faturas ou recibos, deverão ser redigidos numa das duas línguas oficiais.
- 9. Quando se verifique falta de informação, informação insuficiente, ilegível ou ambígua que comprometa a utilização adequada do bem ou do serviço, o consumidor goza do direito de retratação do contrato relativo à sua aquisição ou prestação, no prazo de dez dias úteis a contar da data de receção dos bens ou da data de celebração do contrato de prestação de serviços.
- 10. O fornecedor de bens ou de serviços que viole o dever de informar responde pelos danos que causar ao consumidor, sendo solidariamente responsáveis os demais intervenientes na cadeia da produção à distribuição, que hajam igualmente violado o dever de informação.
- 11. O incumprimento do dever de informação sobre as consequências do não pagamento do preço do bem ou serviço determina a responsabilidade do fornecedor pelo pagamento das custas processuais devidas pela cobrança do crédito.

- karakterístika bein no servisu sira maka hanesan espesifikasaun loloos kuantidade nian, kompozisaun, kualidade, presu, períudu vijénsia ba kontratu, risku sira ne'ebé bele mosu mai, garantia no prazu hodi entrega no fó asisténsia hafoin halo negósiu jurídiku no konsekuénsia be bele mosu bainhira la selu presu ba bein ka servisu nian bainhira iha negosiasaun ka halo kontratu.
- 2. Obrigasaun hodi fó-hatene impende mós kona-ba produtór, fabrikante, importadór, distribuidór, embaladór no armazenista atu nune'e garante katak siklu ligasaun ba produsaun-konsumu idaidak sei haktuir ninia obrigasaun hodi fó-hatene elu imediatu to'o ba konsumidór.
- 3. Risku sira ba saúde no seguransa konsumidór sira-nian ne'ebé bele mosu hosi utilizasaun baibain bein ka servisu perigoju sira fornesedór ka prestadór servisu ba konsumidór potensiál tenke fó-hatene ho loloos, kompletu no adekuadu.
- 4. Informasaun sira kona-ba natureza, karakterístika no garantia ba bein ka servisu ne'ebé oferese ba ema hotu-hotu iha merkadu nasionál, atu informasaun sira be hakerek iha rótulu, embalajen, prospetu, katálogu, livru matadalan ba utilizasaun ka meiu informativu hirak seluk, ka informasaun be fó iha lokál sira hodi fa'an ka meiu publisitáriu ne'ebé de'it fósai tenke hakerek iha dalen ofisiál rua ne'e ida.
- 5. Informasaun sira kona-ba bein ne'ebé prodús, tranforma no falun iha Timor-Leste, ne'ebé la destina ba esportasaun, tenke halo iha lian-ofisiál sira, ho forma komplementár, iha lian hirak seluk ne'ebé de'it, la prejudika hodi uza mós nia.

12. O dever de informar não pode ser denegado ou condicionado por invocação de segredo de fabrico não tutelado na lei, nem pode afastar regime jurídico mais favorável para o consumidor.

# Artigo 11.º Proteção dos interesses económicos

- 1. O consumidor tem direito à proteção dos seus interesses económicos, impondo-se nas relações jurídicas de consumo a igualdade material dos intervenientes, a lealdade e a boafé, de acordo com os princípios gerais do Direito.
- 2. Com vista à prevenção de abusos resultantes de contratos pré-elaborados, o fornecedor de bens e de serviços está obrigado:
- a) À redação clara e precisa e de fácil compreensão, em carateres facilmente legíveis, numa das duas línguas oficiais, das cláusulas contratuais gerais, incluindo as inseridas em contratos singulares;
- b) À não inclusão de cláusulas em contratos singulares que originem um desequilíbrio significativo em detrimento do consumidor.
- 3. As cláusulas contratuais devem ser interpretadas no sentido mais favorável ao consumidor.
- 4. O consumidor não é obrigado ao pagamento de bens ou serviços que não tenha prévia e expressamente encomendado ou solicitado, ou que não constituam cumprimento de contrato válido, não lhe cabendo, do mesmo modo, o encargo da sua devolução ou compensação, nem a responsabilidade pelo risco de perecimento ou deterioração da coisa.
- 5. O consumidor tem direito à assistência após a venda, com incidência no fornecimento de peças e acessórios, pelo período de duração

- 6. Bein sira ne'ebé maihosi rai-liur, mai hosi ne'ebé de'it, bele hatama ba iha komérsiu internu, bainhira informasaun ne'e kona-ba bein sira-ne'e rasik hakerek iha dalen sira traballu nian ida, tenke inklui, iha kazu sira-ne'e, iha fatin be bele haree no lee, rezumu ida ba informasaun prinsipál sira iha dalen ofisiál rua ne'e ida.
- 7. Ba informasaun sira ne'ebé hakerek kona-ba bein no servisu, be hakerek iha dalen estranjeiru sira seluk, bainhira fa'an, lokasaun ka disponibiliza liuhosi forma sasá de'it iha merkadu nasionál, nu'udar obrigatóriu halo tradusaun integrál ba dalen ofisiál rua ne'e ida, konforme kazu sira, testu ne'ebé tradús tenke tau-hamutuk iha rótulu ka embalajen sira ka tau iha meiu informativu sira ne'ebé temi iha númeru liubá, inklui mós informasaun sira kona-ba ninia seguransa, instrusaun hodi uza, garantia no sistema ba pezu no medida ne'ebé tenke kona-malu ho di'ak ho sistema aplikavel iha país ne'e.
- 8. La prejudika fali saida maka kontein versaun iha dalen ka dalen estranjeira sira, kontratu sira ne'ebé ho nia objetu maka fa'an bein ka produtu ka prestasaun servisu iha merkadu internu, hanesan mós ho halo fatura ka resibu, tenke hakerek iha lian ofisiál rua ne'e ida.
- 9. Bainhira verifika katak falta informasaun, informasaun la natoon, la bele lee ka laloos ne'ebé kompromete utilizasaun adekuada ba bein ka servisu, konsumidór ne'e goja direitu hodi halo retratasaun ba kontratu ne'e kona-ba ninia akizisaun ka prestasaun iha prazu loronsanulu servisu nian, ne'ebé hahú sura hosi data resesaun bein sira ka hosi data selebrasaun

média normal dos bens fornecidos.

- 6. É vedado ao fornecedor ou prestador de serviços fazer depender o fornecimento de um bem ou a prestação de um serviço da aquisição ou da prestação de um outro ou outros.
- 7. Sem prejuízo de regimes mais favoráveis, nos contratos que resultem da iniciativa do fornecedor de bens ou do prestador de serviços fora do estabelecimento comercial, por meio de correspondência ou outros equivalentes, o consumidor pode exercer o seu direito de retratação, desistindo do contrato no prazo de dez dias úteis a contar da data da receção do bem ou da conclusão do contrato de prestação de serviços.
- 8. No caso previsto no número anterior, o consumidor tem direito à devolução imediata de todos e quaisquer valores eventualmente pagos, a qualquer título, durante o período de reflexão.
- 9. Incumbe ao Governo adotar as medidas tendentes a prevenir a lesão dos interesses dos consumidores no domínio dos métodos de venda que prejudiquem a avaliação consciente das cláusulas constantes de contratos singulares, e a formação livre, esclarecida e ponderada, da decisão de se vincularem.

### Artigo 12.º Proteção contra a publicidade enganosa e abusiva

Nos termos da presente lei e, especificamente, do Regime Jurídico das Atividades Publicitárias, é proibida toda a publicidade enganosa ou abusiva.

#### Artigo 13.º Deveres dos consumidores

kontratu prestasaun servisu nian.

- 10. Fornesedór ba bein ka servisu sira ne'ebé viola devér hodi fó-hatene, hatán ba danu ne'ebé hamosu ba konsumidór no interveniente sira seluk mós sai nu'udar responsavel iha kadeia produsaun ba distribuisaun ne'ebé viola devér hodi fó informasaun.
- 11. Inkumprimentu devér hodi fó informasaun kona-ba konsekuénsia sira hosi la selu presu ba bein ka servisu, determina responsabilidade fornesedór nian ba pagamentu kustu prosesuál devidu nomós kobransa kréditu nian.
- 12. Devér hodi fó-hatene la bele rekuza ka kondisiona liuhosi invokasaun ba segredu fábriku nian, ne'ebé la tutela iha lei, nein hadook rejime jurídiku be favoravel liu ba konsumidór.

# Artigu 11.º Protesaun ba interese ekonómiku sira

- 1. Konsumidór iha direitu hodi hetan protesaun ba ninia interese ekonómiku sira, impoin iha relasaun jurídika konsumu nian kona-ba igualdade materiál interveniente siranian, lealdade no boa-fé tuir prinsípiu jerál sira Direitu nian.
- 2. Hodi prevene abuzu sira ne'ebé maihosi kontratu pré-elaboradu, fornesedór bein no servisu sira tenke:
- a) Halo redasaun momoos no loloos no la susar atu hatene ho letra ne'ebé bele lee iha dalen ofisiál rua ne'e ida kona-ba kláuzula kontratuál jerál hodi inklui dalen sira iha kontratu

O consumidor tem o dever de:

- a) Respeitar os compromissos assumidos perante os fornecedores de bens e prestadores de serviços, agindo de boa-fé, com correção e seriedade:
- b) Defender junto das autoridades competentes os seus interesses:
- c) Atender às consequências do seu consumo face aos outros cidadãos, nomeadamente os mais vulneráveis;
- d) Atender ao impacto ambiental do seu consumo;
- e) Denunciar perante as autoridades competentes qualquer violação dos seus direitos.

#### CAPÍTULO III Danos

### Artigo 14.º Prevenção de danos

É assegurado aos consumidores o direito de ação cautelar destinada a prevenir, corrigir ou fazer cessar práticas lesivas dos direitos do consumidor consignados na presente lei, que, nomeadamente:

- a) Atentem contra a sua saúde e segurança física;
- b) Se traduzam no uso de cláusulas proibidas;
- c) Consistam em práticas comerciais expressamente proibidas por lei.

# Artigo 15.º Reparação de danos

1. O consumidor a quem seja fornecido um

singulár;

- b) La hatama iha kláuzula sira kontratu singulár ne'ebé hamosu dezikilíbriu signifikativu hodi prejudika konsumidór.
- 3. Kláuzula kontratual sira tenke halo interpretasaun tuir sentidu ne'ebé favoravel liu ba konsumidór.
- 4. La obriga konsumidór atu selu bein ka servisu sira ne'ebé maka molok ne'e la espresa nu'udar enkomendadu ka solisitadu ka ne'ebé la konstitui kumprimentu ba kontratu válidu, nia la iha responsabilidade ba enkargu ba ninia devolusaun ka kompensasaun, nein responsabilidade ba risku peresimentu ka sasán ne'e aat.
- 5. Konsumidór iha direitu hodi hetan asisténsia hafoin fa'an ho insidénsia iha fornesimentu ba pesa no asesóriu sira tuir períudu durasaun média normál ba bein sira ne'ebé fornese tiha ona.
- 6. Sei habandu fornesedór ka prestadór servisu sira depende fornesimentu hosi bein ida ka prestasaun servisu ida ba akizisaun ka prestasaun hosi servisu ida ka servisu sira seluk.
- 7. La prejudika fali rejime sira ne'ebé favoravel liu, iha kontratu sira be maihosi inisiativa fornesedór bein ka prestadór servisu sira ne'ebé la hola-parte iha estabelesimentu komersiál, liuhosi korespondénsia ka servisu ekivalente sira seluk, konsumidór bele ezerse ninia direitu hodi halo retratasaun, hodi deziste kontratu iha prazu loron-sanulu servisu nian, ne'ebé hahú sura hosi data resesaun bein ka konkluzaun ba kontratu prestasaun servisu sira.
- 8. Iha kazu ne'ebé prevee iha númeru liubá,

bem ou prestado um serviço defeituosos, salvo se dele tivesse sido previamente informado e esclarecido antes da celebração do contrato, pode exigir, independentemente de culpa do fornecedor do bem, a reparação ou a sua substituição, a redução do preço ou a resolução do contrato.

- 2. Considera-se defeituoso o bem que não oferece a segurança legal e contratualmente exigida, ou que dele legitimamente se espera segundo os usos comerciais.
- 3. Considera-se defeituoso o serviço que não oferece a segurança que o consumidor dele pode legitimamente esperar, atendendo ao modo do seu funcionamento, ao resultado e aos riscos que razoavelmente dele se esperam, e à época em que foi fornecido.
- 4. O consumidor deve denunciar o defeito no prazo de trinta dias, caso se trate de bem móvel, ou no prazo de um ano caso se trate de bem imóvel, após o seu conhecimento, e dentro dos prazos de garantia previstos na presente lei.
- 5. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o consumidor tem direito à indemnização dos danos patrimoniais e não patrimoniais resultantes do fornecimento de bens ou prestação de serviços defeituosos.
- 6. O produtor é responsável, independentemente de culpa, pelos danos causados por defeitos de bens que coloque no mercado, nos termos da lei.
- 7. Sempre que o construtor, produtor, fornecedor ou o importador não puderem ser identificados, o comerciante ou vendedor são igualmente responsáveis.

#### Capítulo IV Proteção contratual

Artigo 16.º

konsumidór iha direitu hodi fó filafali kedas valór hotu-hotu no valór sasá de'it be dala ruma selu tiha ona, iha kualkér títulu, durante períudu reflesaun nian.

9. Nu'udar kompeténsia Governu nian atu adopta medida sira ho nia rohan atu prevene lezaun ba interese konsumidór sira-nian iha domíniu métodu sira fa'an nian, ne'ebé prejudika avaliasaun konsiente ba kláuzula sira be hakerek iha kontratu singulár sira no formasaun livre, esklaresida no ponderada ba desizaun be iha vínkulu ba malu.

# Artigu 12.° Protesaun kontra publisidade bosok-teen no abuziya

Tuir lei ida-ne'e nian, liuliu ba Rejime Jurídiku Atividade Publisitária sira, sei habandu publisidade bosok-teen no abuziva hotu-hotu.

# Artigu 13.º Konsumidór sira-nia devér

Konsumidór iha devér hodi:

- a) Respeita kompromisu sira ne'ebé asume perante fornesedór sira bein nian no prestadór servisu sira, halo ho boa-fé, hadi'a-an no seriedade;
- b) Defende hamutuk ho autoridade kompetente sira ninia interese;
- c) Atende konsekuénsia sira hosi ninia konsumu ba sidadaun sira seluk liuliu sidadaun sira ne'ebé nakloke hela ba susar no terus;

#### Cláusulas abusivas

- 1. São nulas e de nenhum efeito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de bens e serviços que:
- a) Impossibilitem, exonerem ou atenuem a responsabilidade por vícios ou defeitos de qualquer natureza dos bens e serviços ou impliquem renúncia ou disposição de direitos;
- b) Subtraiam ao consumidor a opção de reembolso da quantia já paga, nos casos previstos nesta lei;
- c) Transferiram responsabilidades a terceiros;
- d) Estabeleçam obrigações consideradas abusivas que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada ou sejam incompatíveis com a boa-fé e a equidade;
- e) Estabeleçam a inversão do ónus da prova em prejuízo do consumidor;
- f) Determinem a utilização compulsória de arbitragem;
- g) Imponham um representante para concluir ou realizar outro negócio jurídico pelo consumidor;
- h) Deixem ao fornecedor a opção de concluir ou não o contrato, embora obrigando o consumidor a fazê-lo;
- i) Permitam ao fornecedor cancelar o contrato unilateralmente, sem que igual direito seja conferido ao consumidor;
- j) Autorizem o fornecedor a modificar unilateralmente o conteúdo ou a qualidade do contrato, após a sua celebração;
- k) Contrariem ou possibilitem a violação de normas ambientais;

- d) Atende ba impaktu ambientál hosi ninia konsumu;
- e) Denunsia perante autoridade kompetente sira kualkér violasaun ba ninia direitu sira.

# KAPÍTULU III Danu sira

# Artigu 14.° Halo prevensaun ba danu sira

Sei asegura ba konsumidór sira direitu atu halo asaun kautelár ne'ebé ho nia objetivu hodi prevene, hadi'a ka hapara prátiva leziva ba direitu sira konsumidór nian, ne'ebé hakerek iha lei ida-ne'e nian liuliu:

- a) Atenta kontra ninia saúde no seguransa fízika;
- b) Bainhira hatada ba uzu hosi kláuzula proibidu sira;
- c) Konsiste hosi prátika komersiál sira ne'ebé lei habandu ho espresa.

# Artigu 15.º Hadi'a danu sira

- 1. Konsumidór maka ema ne'ebé simu bein ida ka hetan prestasaun servisu defeituozu ida, exetu bainhira nia hetan informasaun molok ne'e nomós esklaresimentu antes halo kontratu, bele ezije, la haree ba kulpa fornesedór bein nian, reparasaun ka ninia substituisaun, redusaun ba presu ka rezolve kontratu.
- 2. Sei konsidera defeituozu bein ne'ebé la

- l) Contrariem as normas de indemnização por benfeitorias necessárias.
- 2. Ao Estado compete promover a criação de um sistema de registo, acessível ao público, para inscrição das cláusulas abusivas.
- 3. A nulidade da cláusula contratual abusiva não invalida o contrato, exceto quando da sua ausência resultarem ónus excessivos para qualquer uma das partes.
- 4. É facultado a qualquer consumidor, ou entidade que o represente, requerer ao Ministério Público ou à Defensoria Pública, no âmbito das suas respetivas competências, que intentem a competente ação judicial de declaração da nulidade da cláusula contratual que contrarie o disposto nesta lei ou que, de qualquer forma, não assegure o justo equilíbrio entre direitos e obrigações das partes.

#### Artigo 17.º Contrato de adesão

O contrato de adesão e as cláusulas contratuais gerais encontram o seu regime definido em lei especial.

#### Artigo 18.º Crédito ao consumidor

- 1. No fornecimento de bens ou serviços que envolva a outorga de crédito ou concessão de financiamento ao consumidor, o fornecedor ou um seu representante e em seu nome deve, entre outros requisitos, e sem prejuízo do disposto em legislação especial, informá-lo prévia e adequadamente sobre:
- a) Preço do bem ou serviço em moeda com curso legal no país;
- b) Montante dos juros de mora e de taxa efetiva anual de juros;

- oferese seguransa legál no ezije tuir kontratu ka bein ne'ebé tuir lei ita hein tuir uzu komersiál sira.
- 3. Sei konsidera defeituozu servisu ne'ebé la fó seguransa ne'ebé konsumidór bele hein servisu ne'e tuir lei, hodi hatán ba ninia funsionamentu, rezultadu no risku sira ne'ebé servisu ne'ebá bele hamosu nomós époka ne'ebé maka servisu ne'e fornese tiha ona.
- 4. Konsumidór tenke denunsia defeitu iha prazu loron-tolunulu, bainhira ko'alia kona-ba bein movel ka bainhira hatada ba bein imovel iha prazu tinan-ida, hafoin ninia koñesimentu no iha prazu sira garantia nian ne'ebé prevee iha lei ida-ne'e.
- 5. La sakar fali saida maka hakerek iha númeru sira liubá, konsumidór iha direitu hodi hetan indemnizasaun ba danu patrimoniál nomós la'ós patrimoniál sira ne'ebé maihosi fornesimentu bein ka prestasaun servisu defeituozu sira.
- 6. Produtór maka responsavel la haree ba kulpa, danu ne'ebé maihosi defeitu sira bein nian be tau iha merkadu tuir lei ida-ne'e.
- 7. Bainhira de'it konstrutór, produtór, fornesedór ka importadór la bele identifika, komersiante ka vendedór hetan responsabilidade hanesan.

# Kapítulu IV Protesaun kontratuál

# Artigu 16.º Kláuzula abuziva sira

1. Nu'udar nulu no la iha efeitu ida, hosi sira seluk, kláuzula kontratuál sira kona-ba

- c) Acréscimos legalmente previstos;
- d) Número e periodicidade das prestações;
- e) Soma total a pagar, com e sem financiamento.
- 2. Os juros de mora decorrentes do incumprimento de obrigações no seu termo não podem ser superiores a 2% do valor da prestação.
- 3. É assegurada ao consumidor a liquidação antecipada do débito, total ou parcialmente, mediante redução proporcional dos juros e demais acréscimos.

# Artigo 19.º Pagamento em prestações

Nos contratos de compra e venda de móveis mediante pagamento em prestações, bem como nas alienações fiduciárias em garantia, consideram-se nulas e de nenhum efeito as cláusulas que estabeleçam a perda total das prestações pagas em benefício do credor que, em razão do incumprimento, optar pela resolução do contrato antes da tradição do bem.

#### Capítulo V Práticas comerciais

#### Artigo 20.º Práticas abusivas

- 1. São proibidas as práticas comerciais abusivas.
- 2. São consideradas práticas abusivas, entre outras, as seguintes:
- a) Condicionar o fornecimento de bem ou de serviço ao fornecimento de outro bem ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites

fornesimentu bein no servisu sira ne'ebé:

- a) Hasusar, ezonera ka hamenus responsabilidade tan vísiu ka defeitu sira hosi natureza ne'ebé de'it bein nian no servisu ka implika renúnsia ka dispozisaun direitu nian;
- b) Hasai ba konsumidór hahilik hodi fó filafali kuantia ne'ebé selu tiha ona iha kazu sira ne'ebé prevee iha lei ida-ne'e;
- c) Trasfere responsabilidade ba ema datoluk;
- d) Estabelese obrigasaun sira ne'ebé konsidera nu'udar abuziva be koloka ba konsumidór desvantajen resik ka sai nu'udar inkompativel ho boa-fé no ekidade:
- e) Estabelese inversaun ónusdaprova ba prejuízu konsumidór nian;
- f) Determina utilizasaun kompulsória arbitrajen;
- g) Impoin reprezentante ida hodi halo ramata ka negósiu jurídiku seluk ne'ebé konsumidór maka realiza;
- h) Husik ba fornesedór hahilik hodi halo ramata ka la'e kontratu ne'e maske obriga konsumidór atu halo kontratu ne'ebá;
- i) Fó biban ba fornesedór hodi kansela kontratu hosi parte ida de'it, biar direitu hanesan konfere ba konsumidór;
- j) Autoriza fornesedór atu modifika hosi parte ida de'it konteúdu ka kualidade kontratu, hafoin halo tiha kontratu;
- k) Kontraria ka posibilita violasaun norma

quantitativos;

- b) Recusar injustificadamente o fornecimento de bens ou a prestação de serviços;
- c) Enviar ou entregar ao consumidor, sem solicitação prévia, qualquer bem ou fornecer qualquer serviço;
- d) Prevalecer-se da fraqueza ou ignorância do consumidor, por desconhecimento ou vulnerabilidade, em resultado da sua condição pessoal, económica ou social, para lhe impor os seus bens ou serviços;
- e) Executar serviços sem a prévia elaboração de orçamento e a autorização expressa do consumidor, exceto os decorrentes de práticas anteriores entre as partes;
- f) Transmitir a terceiro informação depreciativa, referente a ato praticado pelo consumidor no exercício dos seus direitos;
- g) Colocar no mercado qualquer bem ou serviço em desacordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis;
- h) Elevar sem justa causa os preços de bens e serviços;
- i) Deixar de estipular prazo para o cumprimento de sua obrigação ou deixar a fixação do seu termo inicial a seu exclusivo critério.
- 3. Os serviços prestados e os bens remetidos ou entregues ao consumidor, na hipótese prevista na alínea c), equiparamse às amostras grátis, não existindo obrigação de pagamento por parte do consumidor.

#### Artigo 21.º Oferta de bens e serviços

1. A oferta e apresentação de bens ou serviços

ambientál sira;

- l) Sakar fali norma sira indemnizasaun nian tan benfeitoria nesesária sira.
- 2. Nu'udar kompeténsia Estadu nian atu hamoris sistema rejistu ida, ne'ebé asesivel ba ema hotu hodi halo inskrisaun ba kláuzula abiziva sira.
- 3. Nulidade ba kláuzula kontratuál abuziva la invalida kontratu, exetu bainhira ninia auzénsia maihosi ónus exesivu sira ba parte rua ne'e ida.
- 4. Sei fó biban ba konsumidór ne'ebé de'it ka entidade ne'ebé reprezenta nia, husu ba Ministériu Públiku ka Defensoria Públika iha ámbitu ba ninia kompeténsia sira rasik katak hatada asaun judisiál kompetente ba deklarasaun nulidade kláuzula kontratuál nian ne'ebé kontraria saida maka hakerek iha lei ida-ne'e ka ne'ebé ho forma sasá de'it la asegura justu ekilíbriu entre direitu nomós obrigasaun parte sira-nian.

# Artigu 17.º Kontratu adezaun nian

Kontratu adezaun no kláuzula kontratuál jerál sira, iha ninia rejime ne'ebé lei espesiál define tiha ona.

# Artigu 18.º Kréditu ba Konsumidór

1. Iha fornesimentu bein ka servisu sira ne'ebé envolve konsesaun ba kréditu ka konsesaun finansiamentu konsumidór nian, fornesedór ka ninia saseluk ida no lori ninia naran, hosi rekizitu sira seluk no la sakar fali saida maka hatuur iha lejizlasaun espesiál, tenke fó-hatene ba nia molok no adekuadu kona-ba:

devem assegurar informações corretas, claras, precisas e objetivas sobre as suas características, a qualidade, a quantidade, a composição, o preço, a garantia, os prazos de validade e a origem, entre outros, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.

- 2. A oferta e informação sobre os bens e serviços são prestadas numa das duas línguas oficiais.
- 3. O fornecedor deve informar expressamente o consumidor quando os bens fornecidos sejam usados, tenham alguma deficiência, ou tenham usado na sua produção ou elaboração materiais ou peças usadas.
- 4. Nos contratos de prestação de serviços cujo objeto seja a reparação de qualquer tipo de bens, o fornecedor obrigase a utilizar na reparação, a expensas suas, todos os materiais e equipamentos necessários ao bem, devendo obter o consentimento prévio do consumidor para o uso de materiais usados.

### Artigo 22.º Publicidade e preços

- 1. A publicidade que mencione o preço de venda dos bens ou serviços deve indicar de forma clara e perfeitamente visível o preço expresso na moeda com curso legal no país, incluindo quaisquer taxas e impostos aplicáveis.
- 2. Os bens expostos em vitrinas, prateleiras, montras e outros suportes de exposição, devem ser acompanhados do preço e, caso aplicável, da possibilidade e condições de concessão de crédito associado.
- 3. A publicidade escrita ou impressa e os catálogos, quando mencionem o preço de venda, devem indicar igualmente o preço da

- a) Presu bein ka servisu iha osan ne'ebé maka uza hela tuir dalan legál iha país ne'e;
- b) Montante osan-funan sira bainhira selu atrazadu no tasa anuál efetiva osan-funan siranian;
- c) Akrésimu sira ne'ebé prevee tiha ona tuir lei;
- d) Númeru no periodisidade prestasaun siranian;
- e) Soma totál ne'ebé atu selu ho no lahó finansiamentu.
- 2. Osan-funan sira bainhira selu atrazadu maihosi inkumprimentu obrigasaun sira iha ninia termu, la bele sa'e boot liu ba % 2 hosi valór prestasaun.
- 3. Sei garante ba konsumidór selu molok tiha tusan, hotu ka balu, liuhosi redusaun proporsionál ba osan-funan sira nomós akrésimu sira seluk.

# Artigu 19.º Selu osan oituan-oituan to'o ramata

Iha kontratu kompra-venda ba bein movel sira liuhosi selu osan oituan-oituan to'o ramata, hanesan mós ho alienasaun fidusiáriu iha garantia, sei konsidera nulu no la iha efeitu ida kláuzula sira ne'ebé estabelese perda totál hosi prestasaun be selu tiha ona, be fó benefísiu ba kredór ne'ebé hili tuir rezolusaun kontratu molok saran bein, bainhira ko'alia kona-ba inkumprimentu.

Kapítulu V Prátika komersiál sira

Artigu 20.° Prátika abuziva sira unidade.

# Artigo 23.º Promoções e ofertas

Em caso de promoções e ofertas de bens e serviços em condições especiais, o fornecedor deve informar o consumidor das condições aplicáveis e respetiva duração.

# Artigo 24.º Obrigatoriedade de orçamento

- 1. O fornecedor de serviços é obrigado a entregar ao consumidor um orçamento prévio e escrito, com indicação do valor da mão de obra, dos materiais e equipamentos a serem empregues e respetivo valor, das condições de pagamento, bem como das datas de início e termo da prestação do serviço.
- 2. Salvo estipulação em contrário, o valor indicado no orçamento é válido pelo prazo de dez dias, contado de seu recebimento pelo consumidor.
- 3. Uma vez aprovado pelo consumidor, o orçamento obriga os contraentes e apenas pode ser alterado mediante acordo das partes.
- 4. O consumidor não responde por quaisquer ónus ou acréscimos decorrentes da contratação de serviços de terceiros, nos termos do contrato.

### Artigo 25.º Cobrança de débitos

- 1. Na cobrança de débitos, o consumidor deve ser tratado com urbanidade, não devendo ser submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça.
- 2. O consumidor a quem for cobrado quantia indevida tem direito ao reembolso, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de juros legais, salvo hipótese de

- 1. Sei habandu prátika komersiál abuziva sira.
- 2. Sei konsidera prátika abuziva sira hanesan tuirmai ne'e nomós prátika sira seluk tan:
- a) Kondisiona fornesimentu bein ka servisu ba fornesimentu hosi bein seluk ka servisu hanesan mós ho, lahó justa kauza, limite kuantitativu sira;
- b) Rekuza lahó justifikasaun fornesimentu bein ka prestasaun servisu sira;
- c) Haruka ka entrega ba konsumidór, laiha hahusuk prévia, bein sasá de'it ka fornese servisu ne'ebé de'it;
- d) Hetan vantajen boot liu hosi frakeja ka ignoránsia konsumidór nian tan lahatene ka nakloke hela ba susar, maihosi ninia kondisaun pesoál, ekonómika ka sosiál atu impoin ninia bein ka servisu sira;
- e) Hala'o servisu lahó elaborasaun orsamentu prévia no autorizasaun espresa hosi konsumidór, exetu servisu sira ne'ebé maihosi prátika be temi liubá entre parte sira;
- f) Transmite ba ema datoluk informasaun depresiativa, kona-ba atu ne'ebé konsumidór pratika bainhira ezerse ninia direitu sira;
- g) Tau iha merkadu bein ne'ebé de'it ka servisu la haktuir norma legál nomós regulamentu aplikavel sira;
- h) Hasa'e presu bein no servisu sira lahó justa kauza;

engano justificável.

# CAPÍTULO VI Sanções

# Artigo 26.º Infrações e sanções administrativas

- 1. As infrações às normas de proteção e defesa dos consumidores ficam sujeitas, conforme o caso e sem prejuízo das sanções de natureza civil, penal e das definidas em normas específicas, às seguintes sanções administrativas:
- a) Coima;
- b) Apreensão do bem;
- c) Inutilização do bem;
- d) Proibição de produção do bem;
- e) Suspensão de fornecimento de bens ou serviços;
- f) Suspensão temporária de atividade;
- g) Revogação de autorização de exercício de atividade;
- h) Interdição, total ou parcial, de estabelecimento, de obra ou de atividade.
- 2. A coima deve ser graduada de acordo com a gravidade da infração, a vantagem auferida e a condição económica do fornecedor.
- 3. A qualificação da gravidade das infrações, os critérios de aplicação das sanções bem como o procedimento de aplicação das sanções referidas neste artigo são regulados em diploma próprio.
- 4. As sanções previstas neste artigo são aplicadas pela autoridade administrativa

- i) La hakerek prazu ba kumprimentu obrigasaun ninian ka la fiksa ninia termu inisiál ba ninia kritériu eskluzivu.
- 3. Servisu sira ne'ebé halo tiha ona no bein be haruka ka saran tiha ba konsumidór, iha ipóteze be prevee iha alínea c), hanesan ho amostra grátis sira, la iha obrigasaun hodi selu hosi parte konsumidór nian.

# Artigu 21.º Oferta bein no servisu sira

- 1. Oferta no aprezentasaun bein ka servisu sira tenke garante informasaun sira loloos, momoos, presiza no objetiva kona-ba ninia karakterístika, kualidade, kuantidade, kompozisaun, presu, garantia, prazu sira validade no orijen nian, hosi sira seluk tan, hanesan mós ho risku sira be aprezenta ba saúde no seguransa konsumidór sira-nian.
- 2. Oferta no informasaun kona-ba bein no servisu sira sei fó iha dalen ofisiál rua ne'e ida.
- 3. Fornesedór tenke fó-hatene ho loloos ba konsumidór bainhira bein sira ne'ebé fornese sei uza, iha mós defisiénsia balu ka uza iha ninia produsaun ka elaborasaun materiál ka pesa uzada sira.
- 4. Iha kontratu sira prestasaun servisu nian, ne'ebé ho ninia objetu maka reparasaun ba tipu bein sasá de'it, fornesedór tenke utiliza iha reparasaun, ninia osan rasik, materiál no ekipamentu hotu-hotu ne'ebé presiza ba bein ne'e, tenke hetan konsentimentu préviu hosi konsumidór hodi uza materiál uzadu sira.

competente, sendo assegurado o direito de defesa e o contraditório.

#### CAPÍTULO VII Tutela de Direitos

#### Artigo 27.° Nulidade

- 1. Sem prejuízo do disposto em legislação específica, qualquer convenção ou disposição contratual que exclua ou restrinja os direitos atribuídos pela presente lei é nula.
- 2. A nulidade referida no número anterior apenas pode ser invocada pelo consumidor ou seus representantes.
- 3. Sem prejuízo do disposto no n.º 1 do presente artigo, o consumidor pode optar pela manutenção do contrato quando apenas algumas das suas cláusulas forem nulas.

### Artigo 28.º Proteção jurídica

- 1. Aos consumidores é assegurada a defesa dos seus direitos e interesses protegidos pela presente lei.
- 2. Para a defesa dos direitos e interesses protegidos pela presente lei são admissíveis todas as ações adequadas à sua tutela.

#### Artigo 29.º Ministério Público e Defensoria Pública

Ao Ministério Público e à Defensoria Pública incumbe também a defesa dos consumidores, no âmbito da presente lei e no quadro das respetivas competências, intervindo o Ministério Público em ações administrativas e cíveis tendentes à tutela de interesses gerais dos consumidores e a Defensoria Pública representando os cidadãos com insuficientes recursos económicos que a ela recorram para o

# Artigu 22.° Publisidade no presu sira

- 1. Publisidade ne'ebé temi presu venda ba bein ka servisu sira-nian, tenke hatudu ho loloos no bele haree ho di'ak presu espresu iha osan ne'ebé maka uza hela tuir lei iha país ne'e, inklui tasa ne'ebé de'it nomós impostu aplikavel sira.
- 2. Bein sira ne'ebé tau iha vidru laran hodi halo amostra, prateleira, montra no suporte hirak seluk hodi halo espozisaun, tenke akompaña ho presu no, kazu aplikavel, posibilidade no kondisaun sira hodi fó kréditu asosiadu.
- 3. Publisidade eskrita ka imprensa no katálogu sira bainhira temi presu venda nian, tenke hatudu mós presu unidade nian.

# Artigu 23.º Promosaun no oferta sira

Bainhira iha promosaun no oferta ba bein no servisu sira iha kondisaun espesiál, fornesedór tenke fó-hatene ba konsumidór kondisaun aplikavel sira nomós ninia durasaun.

# Artigu 24.º Obrigatoriedade orsamentu nian

1. Fornesedór ba servisu sira tenke saran ba konsumidór orsamentu préviu ida no hakerek kona-ba materiál no ekipamentu sira ne'ebé atu uza no valór rasik, kondisaun pagamentu nian hanesan mós ho data sira atu hahú no ramata prestasaun servisu ho indikasaun valór atu selu badaen.

presente lei.

# CAPÍTULO VIII Associações de consumidores

#### Artigo 30.º Associações de consumidores

- 1. As associações de consumidores são dotadas de personalidade jurídica, sem fins lucrativos e com o objetivo principal de proteger os direitos e os interesses dos consumidores em geral ou dos consumidores seus associados.
- 2. As associações de consumidores podem ser de âmbito nacional ou local, consoante a área a que circunscrevam a sua ação e tenham, pelo menos, cem ou dez associados, respetivamente.
- 3. As associações de consumidores podem ser ainda de interesse genérico ou de interesse específico:
- a) São de interesse genérico as associações de consumidores cujo fim estatutário seja a tutela dos direitos dos consumidores em geral e cujos órgãos sejam livremente eleitos pelo voto universal e secreto de todos os seus associados:
- b) São de interesse específico as demais associações de consumidores de bens e serviços determinados, cujos órgãos sejam livremente eleitos pelo voto universal e secreto de todos os seus associados.
- 4. Para efeitos do seu registo, as associações de consumidores seguem os trâmites previstos para demais pessoas coletivas sem fins lucrativos, nos termos a regulamentar.

# Artigo 31.º Direitos das associações de consumidores

1. As associações de consumidores gozam dos

- exercício dos seus direitos previstos na 2. Exetu estipulasaun oin seluk fali, valór ne'ebé maka indika iha orsamentu nu'udar válidu tuir prazu loron-sanulu, hahú sura hosi loron ne'ebé konsumidór simu.
  - 3. Bainhira konsumidór aprova, orsamentu ne'e obriga kontraente sira no bele halo alterasaun de'it liuhosi akordu parte sira-nian.
  - 4. Konsumidór la hatán ba ónus ka akrésimu sasá de'it ne'ebé maihosi kontratasaun servisu sira hosi ema datoluk tuir kontratu ida-ne'e.

# Artigu 25.° Kobransa ba débitu sira

- 1. Iha kobransa débitu sira, konsumidór tenke hetan tratamentu ho forma ne'ebé di'ak no sivilizadu, la bele uza tipu konstranjimentu ne'ebé de'it ka ameasa.
- Konsumidór maka ema ne'ebé halo kobransa ba kuantia indevidu iha direitu hodi hetan reembolsu tuir valór ne'ebé hanesan ba valór dobru duke selu resik tiha ona, tauhamutuk tan ho osan-funan legál sira, exetu ipóteze hosi enganu justifikavel.

# KAPÍTULU VI Sansaun sira

#### Artigu 26.º

#### Infrasaun no sansaun administrativa sira

- 1. Infrasaun ba norma sira hodi fó protesaun no defeza ba konsumidór sira sei sujeita tuir kazu no la sakar fali sansaun ho natureza sivíl, penál nomós sansaun sira ne'ebé maka define iha norma espesífika sira, maka hanesan sansaun administrativa sira tuirmai:
- a) Koima;

#### seguintes direitos:

- a) Estatuto preferencial para a discussão de matérias que digam respeito à política de consumidores, nomeadamente traduzido na indicação de representantes para órgãos de consulta ou concertação que se ocupem da matéria;
- b) Direito de antena na rádio e na televisão;
- c) Direito a representar os consumidores no processo de consulta e audição públicas a realizar no decurso da tomada de decisões suscetíveis de afetar os direitos e interesses daqueles;
- d) Direito a solicitar, junto das autoridades administrativas ou judiciais competentes, a apreensão e retirada de bens do mercado ou a interdição de serviços lesivos dos direitos e interesses dos consumidores:
- e) Direito a solicitar a correção e a responder ao conteúdo de mensagens publicitárias relativas a bens e serviços postos no mercado, bem como a requerer, junto das autoridades competentes, que seja retirada do mercado publicidade enganosa ou abusiva;
- f) Direito a consultar os processos e demais elementos existentes nas repartições e serviços públicos da administração que contenham dados sobre as características de bens e serviços de consumo e de divulgar as informações necessárias à tutela dos interesses dos consumidores;
- g) Direito a serem esclarecidas sobre a formação dos preços de bens e serviços prestados pelo Estado, por empresas públicas ou por entidades detentoras de direitos de exploração pública em regime de exclusividade, sempre que o solicitem;

- b) Apreensaun bein nian;
- c) La utiliza bein;
- d) Habandu hodi prodús bein;
- e) Suspensaun ba fornesimentu bein ka servisu sira:
- f) Suspensaun temporária ba atividade;
- g) Revogasaun ba autorizasaun hodi ezerse atividade;
- h) Habandu totál ka parsiál estabelesimentu, obra ka atividade.
- 2. Koima tenke fó sukat tuir gravidade infrasaun nian, vantajen ne'ebé hetan nomós kondisaun ekonómika fornesedór nian.
- 3. Kualifikasaun ba gravidade infrasaun siranian, kritériu hodi aplika sansaun hanesan mós ho prosedimentu aplikasaun sansaun sira-nian, ne'ebé temi iha artigu ida-ne'e, sei regula iha diploma rasik.
- 4. Sansaun sira ne'ebé prevee iha artigu idane'e, autoridade administrativa kompetente sei aplika hodi garante nafatin direitu hodi halo defeza nomós direitu kontraditóriu nian.

# KAPÍTULU VII Tutela ba Direitu sira

### Artigu 27.° Nulidade

1. La sakar fali saida maka prevee tiha ona iha lejizlasaun espesífika, konvensaun ka

- h) Direito a serem ouvidas nos processos de regulação de preços de fornecimento de bens e de prestações de serviços essenciais, nomeadamente nos domínios da água, energia, gás, transportes e comunicações, e a receber os esclarecimentos sobre as tarifas praticadas e a qualidade dos serviços, por forma a poderem pronunciar-se sobre elas;
- i) Direito a solicitar aos laboratórios oficiais a realização de análises sobre a composição ou sobre o estado de conservação e demais características dos bens destinados ao consumo público e de tornarem públicos os correspondentes resultados, devendo o serviço ser prestado segundo tarifa que não ultrapasse o preço de custo;
- j) Direito à presunção de boa-fé das informações por elas prestadas;
- k) Direito de queixa e denúncia, bem como de exercerem os direitos conferidos aos lesados em sede de processo penal e a acompanharem o processo contraordenacional, quando o requeiram, apresentando memoriais, pareceres técnicos, sugestão de exames ou outras diligências de prova até que o processo esteja pronto para decisão final;
- l) Direito à isenção do pagamento de custas;
- m) Direito a receber apoio do Estado, para a prossecução dos seus fins, nomeadamente no exercício da sua atividade no domínio da formação, informação e representação dos consumidores;
- n) Direito a benefícios fiscais idênticos aos concedidos ou a conceder às pessoas coletivas de interesse público.
- 2. Os direitos previstos nas alíneas a) e b) do número anterior são exclusivamente conferidos às associações de consumidores de âmbito nacional e de interesse genérico.

- dispozisaun kontratuál ne'ebé de'it maka hasai ka hakloot direitu sira ne'ebé lei ida-ne'e atribui sei konsidera nu'udar nulu.
- 2. Nulidade ne'ebé temi iha númeru liubá, konsumidór de'it maka bele invoka ka ninia saseluk sira.
- 3. La prejudika fali sai maka hakerek iha n.º 1 hosi artigu ida-ne'e nian, konsumidór bele hili hodi hadia kontratu bainhira kláuzula sira balu de'it maka sai nu'udar nulu.

# Artigu 28.º Protesaun jurídika

- 1. Ba konsumidór sira sei garante defeza konaba ninia direitu no interese sira, ne'ebé maka lei ida-ne'e proteje.
- 2. Ba defeza direitu no interese ne'ebé lei idane'e proteje sei admite asaun hotu-hotu be adekuada ba ninia tutela.

# Artigu 29.° Ministériu Públiku no Defensoria Públika

Ba Ministériu Públiku no Defensoria Públika iha mós kompeténsia hodi halo defeza ba konsumidór sira, iha ámbitu lei ida-ne'e nian, no iha kuadru ba sira-nia kompeténsia rasik, Ministériu Públiku intervein iha asaun administrativa no sivíl ho ninia objetivu hodi fó tutela ba interese jerál ba konsumidór sira no Defensoria Públika reprezenta sidadaun sira ne'ebé ho rekursu ekonómiku la natoon hodi rekore ba Defensoria atu ezerse sira-nia direitu ne'ebé lei ida-ne'e prevee.

# KAPÍTULU VIII Asosiasaun ba konsumidór sira

3. O direito previsto na alínea h) do n.º 1 é conferido às associações de interesse genérico ou de interesse específico quando esse interesse esteja diretamente relacionado com o bem ou serviço que é objeto da regulação de preços e, para os serviços de natureza não regional ou local, exclusivamente conferido a associações de âmbito nacional.

### Capítulo IX Disposições transitórias e finais

#### Artigo 32.º Regulamentação

- 1. Compete ao Governo, no prazo de um ano, aprovar a legislação necessária para a implementação da presente lei.
- 2. Para efeitos da efetivação dos interesses previstos na lei, deve o Governo promover a existência de um organismo próprio, destinado ao apoio às funções públicas de defesa e proteção dos consumidores.
- 3. O disposto nos n.ºs 4, 5, 6 e 7 do artigo 10.º, não se aplica nos dezoito meses subsequentes à data da entrada em vigor deste diploma, às informações escritas relativas aos produtos e serviços existentes e disponíveis, naquela data, no mercado nacional.

#### Artigo 33.º Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em 10 de maio de 2016.

O Presidente do Parlamento Nacional,

#### Artigu 30.° Asosiasaun ba konsumidór sira

- 1. Asosiasaun ba konsumidór sira ho personalidade jurídika, lahó fin lukrativu no ninia objetivu prinsipál atu proteje direitu no interese konsumidór sira-nian enjerál ka konsumidór ninia asosiadu sira.
- 2. Asosiasaun ba konsumidór sira bele iha ámbitu nasionál ka lokál, tuir área ne'ebé kaer tomak ninia asaun no asosiasaun sira ne'ebá pelumenus, iha asosiadu sein ka sanulu.
- 3. Asosiasaun ba konsumidór sira bele mós ho interese jenériku ka interese espesífiku:
- a) Interese jenériku maka asosiasaun ba konsumidór sira, ne'ebé ho nia fin estatutáriu hodi fó tutela ba direitu sira konsumidór nian enjerál no ho órgáun ne'ebé asosiadu sira hotuhotu hili liuhosi votu universál no sekretu;
- b) Nu'udar interese espesífiku maka asosiasaun sira seluk ba konsumidór bein no servisu sira determinadu, ho órgáun ne'ebé asosiadu sira hotu-hotu hili liuhosi votu universál no sekretu.
- 4. Ba efeitu sira rejistu nian, asosiasaun ba konsumidór sira la'o-tuir trámite sira be prevee ba ema koletiva sira seluk ne'ebé lahó fin lukrativu tuir termu sira ne'ebé atu regulamenta ba.

### Artigu 31.º Direitu asosiasaun konsumidór sira-nian

1. Asosiasaun sira konsumidór nian goja direitu sira tuirmai ne'e:

#### Adérito Hugo da Costa

Promulgada em 5 de julho de 2016.

Publique-se.

O Presidente da República,

#### Taur Matan Ruak

- a) Estatutu preferensiál ba diskusaun materiál sira ne'ebé ko'alia kona-ba polítika konsumidór sira-nian, liuliu hatada indikasaun reprezentante sira ba órgáun konsulta ka konsertasaun nian ne'ebé sei simu knaar ba matéria ne'e;
- b) Direitu ne'ebé asosiasaun sira iha hodi hatada sira-nia programa rasik durante períudu balu ba programasaun iha rádiu no televizaun;
- c) Direitu hodi reprezenta konsumidór sira iha prosesu konsulta no audisaun públika ne'ebé atu halo bainhira foti desizaun be bele afeta direitu nomós interese konsumidór sira ne'ebá nian:
- d) Direitu atu husu, hamutuk ho autoridade administrativa ka judisiál kompetente sira, apreensaun no hasai bein sira iha merkadu ka habandu servisu sira ne'ebé viola direitu no interese konsumidór sira-nian;
- e) Direitu atu husu hodi hadia no atu hatán ba konteúdu lia-menon publisitária nian kona-ba bein no servisu sira ne'ebé tau iha merkadu, hanesan mós ho atu husu, hamutuk ho autoridade kompetente sira katak sei hasai hosi merkadu publisidade bosok-teen ka abuziva.
- f) Direitu atu halo konsulta ba prosesu no elementu ezistente sira iha repartisaun no servisu públiku sira administrasaun nian ne'ebé kontein dadus kona-ba karakterístika sira bein no servisu konsumu nian no atu fó-sai informasaun sira ne'ebé presiza hodi fó tutela ba interese konsumidór sira-nian;
- g) Direitu hodi hetan esklaresimentu kona-ba formasaun bein no servisu sira-nia folin, ne'ebé Estadu presta, empreza públika ka

entidade detentór ba direitu hodi halo esplorasaun públika iha rejime eskluzividade bainhira de'it husu ba sira.

- h) Direitu hodi rona sira iha prosesu sira hodi regula presu fornesimentu bein no prestasaun servisu esensiál sira, liuliu bainhira ko'alia kona-ba bee, enerjia, gás, transporte no komunikasaun, no atu simu esklaresimentu sira kona-ba tarifa ne'ebé realiza no kualidade servisu hodi nune'e sira bele fó-sai kona-ba prestasaun sira ne'ebá;
- i) Direitu atu husu ba laboratóriu ofisiál sira atu halo lalehat kona-ba kompozisaun ka estadu konservasaun nomós karakterístika hosi bein sira seluk ne'ebé hatada ba konsumu públiku no halo sai públiku rezultadu sira-ne'e rasik, servisu be halo ba, tenke tuir tarifa ne'ebé la hakat liu presu kustu nian;
- j) Direitu hodi hetan prezunsaun ho boa-fé kona-ba informasaun ne'ebé sira presta ba;
- k) Direitu hodi halo keisa no denúnsia, hanesan mós ho ezersísiu ba direitu ne'ebé fó tiha ona ba lezadu sira iha prosesu penál no sira atu akompaña prosesu kontraordenasionál, bainhira sira husu, aprezenta memoriál, paresér tékniku sira, sujestaun ba ezame ka dilijénsia sira seluk hodi hetan prova to'o bainhira prosesu ne'e prontu ba desizaun finál;

Direitu hodi hetan izensaun ba pagamentu kustu sira:

m) Direitu hodi simu apoiu hosi Estadu, hodi kontinua halo ba oin ninia fin sira liuliu bainhira ezerse ninia atividade iha domíniu formasaun, informasaun no reprezentasaun ba konsumidór sira;

- n) Direitu hodi hetan benefísiu fiskál sira besik hanesan ho saida maka fó tiha ona ka atu fó ba ema koletiva sira ne'ebé ho interese públiku.
- 2. Direitu sira ne'ebé prevee iha alínea a) no b) hosi númeru liubá nian fó de'it ba asosiasaun ba konsumidór sira iha ámbitu nasionál ne'ebé hala'o knaar ba interese jenériku.
- 3. Direitu ne'ebé prevee iha alínea h) hosi n.º1 sei fó ba asosiasaun sira ne'ebé ho interese jenériku ka interese espesífiku bainhira interese ne'e relasiona kedas ho bein ka servisu ne'ebé nu'udar objetu ba regularizasaun presu siranian no, ba servisu sira ho natureza la'ós rejionál ka lokál, fó de'it ba asosiasaun sira iha ámbitu nasionál.

# Kapítulu IX Dispozisaun tranzitória no finál sira

# Artigu 32.º Regulamentasaun

- 1. Governu iha kompeténsia hodi aprova lejizlasaun nesesária atu implementa lei idane'e iha prazu tinan-ida.
- 2. Ba efeitu efetivasaun interese sira ne'ebé prevee iha lei ne'e, Governu tenke promove ezisténsia organizmu ida rasik hodi dedika ba apoiu knaar públika sira hodi halo defeza no fó protesaun ba konsumidór sira.
- 3. Saida maka hakerek iha n.º sira 4, 5, 6 no 7 artigu 10.º nian sei la aplika iha fulan sanuluresin-ualu tuirmai ba data ne'ebé diploma idane'e hahú hala'o knar ho kbiit legál, informasaun eskrita sira kona-ba produtu no servisu ezistente no disponivel iha merkadu

nasionál, iha data ne'ebá.

# Artigu 33.° Hahú vigora

Lei ida-ne'e hahú vigora iha loron tuirmai hafoin loron publikasaun.

Hetan aprovasaun iha 10 Maiu 2016.

Prezidente Parlamentu Nasionál,

# Adérito Hugo da Costa

Promulga iha 5 jullu 2016.

Bele publika.

Prezidente Repúblika,

# **Taur Matan Ruak**